

Ata nº 061 da Sessão Ordinária nº 061, de  
05 de novembro de 2013.

Às nove horas do dia cinco de novembro de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**, presente o Conselheiro **ANTÔNIO JOSÉ**; Ausência justificada dos Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES**, **DANIEL LAVAREDA**, **MARA LÚCIA** e **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora Chefe do Ministério Público junto ao TCM-PA, **ELISABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Sérgio Dantas como Conselheiro substituto, nos termos da Portaria nº 1587/2013. Convocada a Auditora Márcia Costa para composição de quorum, a partir do processo de nº 5 da pauta. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 056/13. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento dos processos de nº's 03, 04 e 05: **Processo nº 0540012002-00; Prefeitura Municipal de Ourém; Prestação de Contas – 2002; Responsável João Gomes da Silva - Prefeito Municipal; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; Publicado no DOE nº 32.513, de 01.11.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 480022002-00; Câmara Municipal de Monte Alegre; Prestação de Contas – 2002; Responsável: Anselmo Raimundo Picanço; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora: Conselheira Rosa Hage, com pedido de VISTA ao Conselheiro Antonio José na Sessão do dia 26.09.13; Publicado no DOE nº 32.513, de 01.11.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Antonio José proferiu seu VOTO VISTA: "*pela aprovação das contas, acompanhando a divergência apresentada pelo Conselheiro Daniel Lavareda, na Sessão do dia 26.09.2013*". **Em votação:** na Sessão do dia 26.09.2013, a Conselheira Rosa Hage assim manifestou-se: "*pela não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Monte Alegre, exercício financeiro de 2002, de responsabilidade do Sr. Anselmo Raimundo Picanço. Deve, ainda, o referido Ordenador recolher, com fundamento na Lei 10.028/2000, aos Cofres Municipais a quantia de R\$ 6.134,25 (seis mil, cento e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos), que corresponde a 30% do total da remuneração recebida no exercício, a título de multa, pela remessa intempestiva do Relatório de Gestão Fiscal*". O Conselheiro Daniel Lavareda, na Sessão do dia 26.09.2013, divergiu da Relatora e votou pela aprovação das contas. O Conselheiro Cezar Colares acompanhou a divergência levantada pelo Conselheiro Daniel Lavareda, na Sessão do dia 26.09.2013. Ausentes, por ocasião da votação, na Sessão do dia 26.09.2013, o Conselheiro Aloísio Chaves, a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro José Carlos Araújo. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **por maioria**, decidiu pela aprovação das contas, nos termos do voto do Conselheiro Daniel Lavareda. Vencida a Conselheira Rosa Hage. **Processo nº 492252011-00; Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Muaná; Prestação de Contas – 2011; Responsável Raimundo Martins Cunha - Prefeito Municipal; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; Publicado no DOE nº 32.513, de 01.11.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com aplicação de multa e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas, com recolhimento ao FUMREAP das seguintes multas: R\$-3.000,00 (três mil reais) pela remessa extemporânea das documentações,





43 com base no art.120-B, IV do RITCM; R\$-2.000,00 (dois mil reais), pela violação do artº 50, II da LRF, com  
44 base no artº 120-A, II do RITCM; aos Cofres Municipais, recolhimento dos valores retidos em folha e não  
45 repassados ao INSS e IPSMM na ordem de R\$-11.523,74 (onze mil, quinhentos e vinte e três reais e setenta e  
46 quatro reais) e R\$-17.144,66 (dezesete mil, cento e quarenta e quatro reais e sessenta e seis centavos),  
47 respectivamente, corrigidos monetariamente; cópia dos autos devem ser encaminhadas ao Ministério Público  
48 Estadual. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 9, 10, 11, 12, 13 e 14:  
49 **Processo nº 201211053-00; Fundo Municipal de Saúde de Cachoeira do Piriá;** Recurso de Revisão  
50 contra a Decisão do Acórdão nº 12.688, de 17.08.2004 (Prestação de Contas de 2000); Responsável: Ademir  
51 Fonseca de Oliveira; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da  
52 Silva; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.513, de 01.11.2013.**  
53 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
54 pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro  
55 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo  
56 conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a reforma da decisão para aprovar as contas, porém  
57 mantendo a multa de R\$-300,00 (trezentos reais), pela remessa intempestiva da documentação. **Processo nº**  
58 **201310327-00; Prefeitura Municipal de Monte Alegre;** Embargo de Declaração (Resolução nº 10.815,  
59 de 14.03.2013); Responsável Jorge Luis dos Santos Braga; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público:  
60 Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo  
61 regimental, o Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência  
62 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não conhecimento dos Embargos de  
63 Declaração interpostos. **Processo nº 201212254-00; Câmara Municipal de São João de Pirabas;**  
64 **Denúncia – 2010;** Responsável Partido Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; Denunciado Amarildo de  
65 Jesus Ferreira Pereira; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -  
66 Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
67 posicionamento dos autos e manifestou-se pela juntada dos autos a prestação de contas respectiva. A matéria  
68 foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela  
69 juntada dos autos à respectiva prestação de contas para análise conjunta. **Processo nº 201300799-00;**  
70 **FUNDEB do Município de Novo Progresso;** Denúncia – 2005; Responsável Sindicato dos Trabalhadores  
71 em Educação Pública do Pará – SINTEPP; Denunciado Tony Fábio Gonçalves; Instrução 4ª Controladoria;  
72 Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães.  
73 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
74 pela procedência da Denúncia e consequente responsabilização do Ordenador pelas irregularidades  
75 constatadas, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi  
76 colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela  
77 procedência parcial da presente Denúncia, cujas constatações devem ser comunicadas à prestação de contas,  
78 quanto as seguintes irregularidades: ausência de processos de licitação para as seguintes contratações: Monte  
79 Horeb Construtora Ltda, para realização de obras e serviços, no montante de R\$-4.898.947,99 (quatro  
80 milhões, oitocentos e noventa e oito mil, novecentos e quarenta e sete reais e noventa e nove centavos), em  
81 2005; Construtora Morbech e Lima Ltda, para realização de obras e serviços, no total de R\$-301.319,42  
82 (trezentos e um mil, trezentos e dezenove reais e quarenta e dois centavos), em 2005, e de R\$-573.606,48  
83 (quinhentos e setenta e três mil, seiscentos e seis reais e quarenta e oito centavos), em 2007; Instituto Brasil  
84 Projetos e Pesquisas Educacionais Ltda-ME, no total de R\$-317.208,00 (trezentos e dezessete mil, duzentos e  
85 oito reais), em 2005, para elaboração de cursos; Fernando Eduardo dos Santos, de R\$-261.475,20 (duzentos e  
86 sessenta e um mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos), para coleta de lixo e de R\$-



60.000,00 (sessenta mil reais), para locação de motoniveladoras; Antonio Donizete de Oliveira, no montante de R\$-450.866,86 (quatrocentos e cinquenta mil, oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta e seis centavos), em 2005 para realização de auditoria; Posto Dado Dorinaldo Moura, pelo fornecimento de combustível, no total de R\$-920.000,00 (novecentos e vinte mil reais), em 2005, e R\$-2.112.207,33 (dois milhões, cento e doze mil, duzentos e sete reais trinta e três centavos), em 2007; pagamento irregular de hospedagem a servidores, no montante de R\$-20.986,38 (vinte mil, novecentos e oitenta e seis reais e trinta e oito centavos), em 2005.

**Processo nº 201110323-00; IPAMB/PMB; Pensão - Portaria nº 0576/11, de 23.05.11 - Revisão de Proventos; Interessada Valdina Ramos da Silva (companheira) e Lorena Silva de Leão (Filha); Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato.

**Processo nº 201013609-00; Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Pará; Nomeação de Candidatos aprovados em Concurso Público; Interessada Luana Priscila Modesto França e Outros; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro José Carlos Araújo.** Retirado de pauta. Em seguida, o Conselheiro Antonio José assumiu a Presidência da Sessão. Houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 1, 2, 6, 7 e 8: **Processo nº 300012005-00; Prefeitura Municipal de Faro; Prestação de Contas - 2005; Responsável Denilson Batalha Guimarães; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.513, de 01.11.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de Faro a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2005, de responsabilidade de Denilson Batalha Guimarães, face a conta "Agente Ordenador"; com os seguintes recolhimentos: - aos Cofres Municipais: - R\$-3.000,00 (três mil reais), multa equivalente a 5% da remuneração anual do Ordenador de despesas, pela infringência ao art. 5º, inciso I, §§ 1º, e 2º da Lei Federal nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos RGF's do 1º e 2º semestres; - R\$-5.037,70 (cinco mil, trinta e sete reais e setenta centavos), relativo a devolução do valor lançado à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado; - ao FUMREAP/TCM: R\$ 8.000,00 (oito mil reais), multa pela remessa intempestiva da LO, da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres e dos RREO's, pelo não envio do demonstrativo da aplicação em saúde e do parecer do Conselho do FUNDEF, nos termos do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM/Pa, pelas divergências na receita orçamentária, no balanço financeiro, na demonstração das variações patrimoniais e no balanço patrimonial, assim como nos descumprimentos do art. 212 da CF/88 (Educação), do art. 77, § 3º do ADCT (Saúde) e do art. 60 do ADCT (Ensino Fundamental), com fundamento do art. 120-A, II, do RI/TCM/Pa, e sobre a ausência dos contratos e as despesas de R\$-188.359,74 (cento e oitenta e oito mil, trezentos e cinquenta e nove reais e setenta e quatro centavos), não licitadas, com base no art. 57 da LC nº 025/94; cópia dos autos devem ser encaminhadas ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 1150012001-00; Prefeitura Municipal de Ipixuna do Pará; Prestação de Contas - 2001; Responsável José Orlando Freire; Instrução Auditora Elaine Bastos; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.513, de 01.11.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**





131 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à  
132 **unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio, recomendando à Câmara Municipal de Ipixuna do Pará  
133 a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2001, de responsabilidade de José  
134 Orlando Freire, face a conta "Agente Ordenador", com os seguintes recolhimentos: - aos Cofres Municipais: -  
135 R\$-3.600,00 (três mil e seiscentos reais), equivalente a 5% da remuneração anual do Ordenador de despesas,  
136 pela infringência ao artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000, pela remessa extemporânea  
137 do 1º, 2º e 3º quadrimestres dos RGF's; - R\$-18.381,69 (dezoito mil, trezentos e oitenta e um reais e sessenta  
138 e nove centavos), relativo a devolução do valor lançado à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado;  
139 ao FUMREAP: - R\$-8.000,00 (oito mil reais), multa pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º,  
140 2º e 3º quadrimestres; PPA; LDO; Orçamento; Balanço Geral e RREO's do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres,  
141 nos termos do art.120-B, II e IV, do RI/TCM/Pa, pela não remessa dos atos de abertura de créditos, nos  
142 termos do art.120-B, § 1º, do RI/TCM/Pa, pelo descumprimento do Art. 212 da CF/88 e do Art. 7º da Lei nº  
143 9.424/96, assim como o descontrole contábil e financeiro, face as divergências na receita orçamentária, nas  
144 variações patrimoniais, ausência da demonstração do balanço patrimonial e divergência na relação nominal de  
145 bens patrimoniais, com fundamento do art. 120-A, II, do RI/TCM/Pa, e sobre as despesas não lícitas, com  
146 base no art. 57 da LC nº 025/94; cópia dos autos devem ser encaminhadas ao Ministério Público Estadual. Em  
147 seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 6: **Processo nº 200811621-00;**  
148 **Fundo Municipal de Saúde Canaã dos Carajás;** Recurso de Revisão contra a Decisão do Acórdão nº  
149 14.473, de 30.03.2003; (Prestação de Contas de 2002); Responsável Anuar Alves da Silva; Instrução Elaine  
150 Zaluth Bastos; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares;  
151 **Publicado no DOE nº 32.513, de 01.11.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
152 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e negativa de provimento do  
153 Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência  
154 proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e negativa de provimento do  
155 Recurso de Revisão interposto para manter integralmente a decisão recorrida, constante do Acórdão nº  
156 14.473, de 30/03/2006, que negou aprovação as contas do Fundo Municipal de Saúde de Canaã dos Carajás,  
157 exercício financeiro de 2002, de responsabilidade de Anuar Alves da Silva. **Processo nº 201106319-00;**  
158 **Fundo Municipal de Educação de Uruará;** Recurso de Reconsideração contra a Decisão do Acórdão nº  
159 20.557, de 25.11.2010 (Prestação de Contas de 2006); Responsável Manoel Ribeiro de Castro; Instrução 2ª  
160 Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares;  
161 **Publicado no DOE nº 32.513, de 01.11.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
162 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A  
163 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a  
164 **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e pelo provimento parcial do Recurso de  
165 Reconsideração interposto para reformar a decisão contida no Acórdão nº 20.557, e aprovar, com ressalva, as  
166 contas do Fundo Municipal de Educação de Uruará, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade de  
167 Manoel Ribeiro de Castro, com a manutenção da multa de R\$-4.000,00 (quatro mil reais). **Processo nº**  
168 **201021745-00; Fundo Municipal de Saúde de Uruará;** Recurso de Revisão contra a Decisão do Acórdão  
169 nº 20.455, de 28.10.2010 (Prestação de Contas de 2005); Responsável Suraia Patrícia Ordones; Instrução 2ª  
170 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares;  
171 **Publicado no DOE nº 32.513, de 01.11.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
172 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A  
173 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a  
174 **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso para





reformular, em parte, a decisão constante do Acórdão nº 20.455, de 28/10/2010, e aprovar, com ressalvas, as contas do Fundo Municipal de Saúde de Uruará, exercício financeiro de 2005, de responsabilidade de Suraia Patrícia Ordones, ex-Secretaria Municipal de Saúde, permanecendo apenas a multa de R\$-1.000,00 (hum mil reais) pelo envio com atraso do procedimento licitatório para a NE-0606001, no valor de R\$-41.469,20 (quarenta e um mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e vinte centavos). Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 15: **Processo nº 201310885-00; Câmara Municipal de Santa Luzia do Pará; Atualização do Subsídio dos Vereadores; Interessada Olinda da Luz Lucena; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento parcial da Resolução nº 005/2013, da Câmara de Santa Luzia do Pará que atualiza os subsídios dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal de Santa Luzia do Pará, impondo-se a ressalva com relação ao percentual a ser utilizado na atualização que deverá ser de 22,83%; juntar os autos ao processo de prestação de contas da Câmara Municipal de Santa Luzia do Pará, nos exercícios relativos a legislatura 2013/2016, com a recomendação de que a atualização, no percentual de 22,83%, seja considerada para efeito de análise da prestação de contas, respeitados os índices constitucionais. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e dez minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em cinco de novembro de dois mil e treze.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**  
Secretário Geral

Conselheiro Corregedor **CEZAR COLARES**  
Presidente da Sessão

**ANTONIO JOSÉ**  
Conselheiro **ANTONIO JOSÉ**  
Presidente da Sessão